

A atuação do psicólogo escolar na perspectiva sistêmica

The role of the school psychologist in the systemic perspective

Raquel Ferreira Chacon¹; Bruno Vasconcelos de Almeida²

DOI: 10.51207/2179-4057.20260027

Resumo

A teoria sistêmica é amplamente utilizada em diversas áreas da psicologia, sendo também especialmente relevante para a psicologia escolar. Na educação, essa abordagem possibilita compreender as demandas apresentadas pelos educandos, a partir de uma visão complexa do indivíduo e dos fenômenos educacionais, entendendo que os alunos fazem parte de vários sistemas interconectados e dinâmicos. A partir dessa perspectiva, este artigo foi desenvolvido com o propósito de pesquisar o trabalho do psicólogo escolar hoje no Brasil. O objetivo geral é apresentar a atuação do psicólogo no contexto da escola, destacando as práticas e as potencialidades da psicologia escolar sob a ótica da teoria sistêmica. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão de literatura e relatos de experiências de estágios realizados nos anos de 2023 e 2024, durante a graduação do curso de psicologia. Buscou-se compreender as práticas atuais de alguns profissionais, os desafios que essa área ainda enfrenta e apresentar a importância de um olhar sistêmico nesse contexto, utilizando os conceitos de Maturana e Morin. As considerações finais apontam para a importância de se trabalhar com a coconstrução junto à comunidade escolar, de modo que todos possam colaborar para o desenvolvimento integral do educando.

Unitermos: Psicólogo Escolar. Escola. Atuação do Psicólogo. Teoria Sistêmica.

Summary

Systemic theory is widely used in several areas of psychology, and is also especially relevant for school psychology. In education, this approach makes it possible to understand the demands presented by students, from a complex view of the individual and educational phenomena, understanding that students are part of several interconnected and dynamic systems. From this perspective, this article was developed with the purpose of researching the work of school psychologists in Brazil nowadays. Its general aim is to present the work of psychologists in the context of schools, highlighting their practices and the potential of school psychology from the perspective of systems theory. The methodology used in this paper was qualitative research, and it was developed through a literature review and reports of internship experiences carried out in 2023 and 2024, during the psychology undergraduate program. The purpose was to understand the current practices of some professionals, the challenges still faced in this field and to present the importance of a systemic perspective in this context, using the concepts of Maturana and Morin. The final considerations point to the importance of working with co-construction together with the entire school community, so that everyone can collaborate towards the integral development of the student.

Keywords: School Psychologist. School. Psychologist's Work. Systemic Theory.

Trabalho realizado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver.

1. Raquel Ferreira Chacon - Graduada em Psicologia e Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Formação clínica em Abordagem Centrada na Pessoa pela Lucas Albertoni, Belo Horizonte, MG, Brasil. **2.** Bruno Vasconcelos de Almeida - Pós-doutor em Filosofia (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG); Doutor e Mestre em Psicologia Clínica (PUC-SP); Professor na PUC Minas e no PPGET-Cefet-MG. Psicólogo e acompanhante terapêutico, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Introdução

“A educação não é neutra”, já escrevia Paulo Freire (1989, p. 18) no livro “A importância do ato de ler”. Da mesma forma, Maturana (1998) também reflete que o observador está inserido no mundo que observa, o que torna impossível separar quem observa do que está sendo observado. E qual é a relação disso com a escola? Os dois autores nos levam a pensar sobre o impacto que todos os envolvidos na educação têm no processo de aprendizagem e formação do indivíduo. Eles afirmam que o aprendizado só acontece quando o indivíduo está totalmente envolvido. Além disso, reforçam a importância da atuação de todos os atores da escola e da comunidade para a formação de um ambiente favorável ao aprendizado. Logo, é preciso compreender que, como o educando está inserido em vários sistemas, não só o da escola, ele não deve ser compreendido apenas pelos fenômenos que apresenta. É preciso considerar todos os sistemas do qual ele faz parte para conseguir enxergar a sua totalidade. Assim, pode-se dizer que não há texto sem contexto, não há indivíduo fora de um sistema e não há educação que se realiza sem um olhar atento à complexidade.

Um dos atores que fazem parte do contexto das escolas é o psicólogo escolar. Nos últimos anos, a psicologia tem sido requisitada para responder os diferentes questionamentos a respeito dos fenômenos da educação que outras áreas não conseguem explicar. Com a discussão sobre as práticas educativas e a criação de novas leis que obrigam a ter profissionais de psicologia nas escolas, tem-se exigido uma revisão do espaço desse profissional nessas instituições (Menezes & Araújo, 2009).

Inicialmente, o psicólogo escolar tinha o papel de avaliar as características emocionais do indivíduo que influenciavam o seu comportamento, mas ao longo dos anos isso foi se modificando. Hoje, esse profissional é convocado para uma função mais abrangente, o de olhar para as situações didáticas e para as relações que se constituem no processo de aprendizado (Menezes & Araújo, 2009).

Andrada et al. (2019) afirmam que o sistema educacional, ano após ano, coloca novas atribuições a seus profissionais, ao mesmo tempo em

que há um aumento do número de educandos sob a responsabilidade de educadores e gestores. Isso impacta a quantidade de encaminhamentos para avaliação/acompanhamento de psicológicos voltados aos problemas imediatos, sem possibilidades de reflexões ou planejamento de ações que não seja o atendimento psicológico.

Francischini e Viana (2016) também observaram que há uma tendência crescente no número de encaminhamentos de questões relacionadas ao processo de aprendizagem ou comportamento dos estudantes, como se fossem problemas individuais e específicos de cada um deles. Para o autor, as demandas individuais excessivas levam os profissionais da psicologia a focar exclusivamente nelas, o que prejudica a resolução efetiva do problema, especialmente quando não há uma avaliação sistêmica da instituição.

A partir das experiências vivenciadas nos estágios durante curso de graduação e de licenciatura de psicologia, verificou-se que grande parte dos estágios ofertados para os estudantes nas escolas são para atuação como acompanhantes terapêuticos de educandos que apresentaram algum laudo à instituição. Essa observação trouxe questionamento sobre a atuação desse profissional no campo educacional, juntamente com uma nota orientativa do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais e a promulgação de uma nova legislação. Diante de tantos desafios relacionados ao aprendizado e ao ambiente complexo em que a escola se encontra, descobriu-se que há diversas outras maneiras de atuar, o que destaca um potencial tanto para o estagiário quanto para o psicólogo escolar.

Sendo assim, este artigo apresenta o papel do psicólogo na escola, a sua forma de atuação e a potencialidades da psicologia escolar sob a ótica da teoria sistêmica. Buscou-se compreender as definições existentes na literatura das atuações dos psicólogos escolares, identificando como os conceitos da teoria sistêmica podem auxiliar o psicólogo escolar a desempenhar o seu trabalho. Através de relatos de experiência, foi possível evidenciar a potencialidade que a psicologia escolar tem quando se há um trabalho a partir de um olhar para a complexidade que envolve o educando.

O presente trabalho se limita à análise de relatos de experiência de um número limitado de instituições, predominantemente do ensino privado no município de Belo Horizonte – Minas Gerais, evidenciando, portanto, a necessidade de ampliar as pesquisas sobre a atuação do psicólogo em diferentes contextos escolares. Isso permitirá uma compreensão mais abrangente das dinâmicas escolares, considerando os diferentes contextos sociais que os psicólogos escolares trabalham no Brasil.

Psicologia escolar: explorando seu papel e espaço na educação

O psicólogo escolar tem ganhado cada vez mais importância na educação do Brasil. O objetivo está para além do atendimento individualizado dos educandos que apresentam algum tipo de dificuldade, mas inclui várias outras intervenções que buscam a melhoria da educação e a participação de toda a comunidade escolar. Nesse cenário de redefinição da atuação do psicólogo escolar, tão questionado devido aos desafios atuais da educação, é essencial compreender o papel desse profissional.

Na lógica tradicional da educação voltada ao atendimento das necessidades do sistema capitalista, o indivíduo se tornou o maior responsável pela produção do seu valor, que se dá a partir do seu esforço e do investimento em seu desenvolvimento. As ideias capitalistas são marcadas pelo atendimento rápido, praticamente imediato, das demandas do mercado e pelo alto desempenho dos indivíduos. Assim, buscam culpabilizar os indivíduos por não conseguirem alcançar os resultados desejados, uma vez que não se esforçaram o suficiente para isso. Nesse contexto, a psicologia escolar e educacional torna-se muito necessária (Nunes Viana, 2016; Andrada et al., 2019).

Antunes (2008) concorda com esses autores ao afirmar que a história da psicologia escolar e educacional brasileira, embora tenha começado no período colonial, começou a se desenvolver com o fortalecimento do pensamento liberal, tornando-se assim uma área específica do conhecimento no Brasil. Diante das discussões sobre a educação que aconteciam no fim do século XIX, a psicologia

começa a ser vista como um guia para a prática da Escola Nova. Nesse período também a psicologia conquistou a sua autonomia como área do saber e teve grande participação nas discussões sobre a educação e das práticas pedagógicas nas escolas brasileiras. Pode-se dizer então que a psicologia e a educação foram reciprocamente constituídas uma da outra.

A educação teve um papel importante no avanço da psicologia, não apenas por permitir a introdução do pensamento neoliberal no país, mas também por estar diretamente ligada aos grupos dominantes que queriam o domínio e a alta produtividade dos indivíduos. Esses grupos promoveram a geração de conhecimento e estimularam a psicologia a atuar com o objetivo de aumentar a eficácia dos indivíduos (Nunes Viana, 2016).

Verifica-se que, ao longo dos anos, a psicologia ganhou novos espaços na educação, como a inclusão no currículo do curso de pedagogia e a participação nas áreas de pesquisas em algumas instituições. Nesse contexto, iniciou-se a diferenciação entre a prática do psicólogo educacional e a psicologia escolar, sendo a primeira conceituada como um conjunto de conhecimentos e a segunda como uma área de atuação no contexto escolar (Antunes, 2008).

Pode-se verificar que a prática do psicólogo escolar estava relacionada a um modelo clínico, voltado para o atendimento fora da sala de aula e com o foco no educando, principalmente em relação aos seus problemas. O trabalho se resumia a receber, através de encaminhamentos feitos pelos professores e pedagogos, os indivíduos que apresentavam alguma dificuldade na aprendizagem ou algum comportamento desviante dos padrões estabelecidos pela escola (Antunes, 2008).

Nesse contexto, o foco da psicologia escolar era o da realização de testes e atendimentos individualizados, a fim de explicar as queixas escolares e o fracasso escolar dos estudantes que não alcançavam os resultados desejados pelas escolas. Os profissionais utilizavam principalmente os instrumentos de medição da inteligência, atributos afetivos, motores e outros que ajudavam a localizar de onde vinha o problema do indivíduo. Nesse período, alguns

profissionais já analisavam os resultados desses testes, considerando as condições socioeconômicas e o ambiente familiar da pessoa (Collares & Moysés, 1996; Patto, 1999).

Algumas críticas começaram a surgir a partir desse modelo, afirmando um grande crescimento da psicologia na educação e a redução dos problemas educacionais e pedagógicos a questões psicológicas. Ao mesmo tempo, os profissionais da psicologia afirmavam que o modelo clínico terapêutico era baseado em um modelo médico, que propõe patologizar e individualizar o processo educativo, desconsiderando assim as ações preventivas realizadas juntamente com a pedagogia (Antunes, 2008).

Devido às críticas do modelo utilizado, na década de 1990 houve uma redução na contratação de psicólogos nas escolas, desencadeando uma crise da psicologia escolar. A profissão deixou de ter uma presença significativa nas instituições escolares, principalmente no âmbito público, dando espaço para a Psicopedagogia, que tem como foco o trabalho com os estudantes que apresentam alguma dificuldade na aprendizagem (Antunes, 2008).

Nos últimos anos, com a organização das políticas públicas, a psicologia voltou a ser requisitada nas instituições escolares. Contudo, ainda não está bem definida a sua função nas escolas e, muitas vezes, é confundida com as atividades dos psicopedagogos, já que ambas têm um propósito em comum: promover o aprendizado buscando o desenvolvimento biopsicossocial do educando (Alencar et al., 2013; Nunes Viana, 2016).

As mudanças provocadas pelas novas legislações, tais como a Lei de Diretrizes e Bases LDB (1989) e a Lei 13.935, que dispõem sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, tornaram obrigatória a presença de psicólogos nas instituições escolares. Essa ação tem como objetivo garantir um ensino de alta qualidade, satisfazendo as demandas emocionais, sociais e pedagógicas dos educandos (Brasil, 2019, 2024; Moraes et al., 2019).

As legislações e a Política Nacional de Educação apresentam metas e obrigações que os envolvidos na área da educação devem cumprir. Percebe-se

nesses instrumentos que as ações não estão voltadas apenas para a aprendizagem, mas também incluem uma perspectiva sistêmica das instituições de ensino. Verifica-se, para além de uma preocupação com o educando, um cuidado com o desenvolvimento dos profissionais envolvidos no processo de aprendizagem e da participação da comunidade escolar. Isso nos mostra que o psicólogo escolar não deve estar focado apenas em um indivíduo, mas em todos os envolvidos e em todos os sistemas que fazem parte da instituição (Naves & Silva, 2020).

A atuação desse profissional ainda está muito voltada para um atendimento clínico individualizante. Entretanto, a contemporaneidade exige dele um olhar mais aberto para todos os fatores e atores que constituem uma instituição de ensino. Afinal, o educando é apenas um dos membros de toda a rede complexa que compõe a escola e o seu desenvolvimento está diretamente relacionado ao contexto e às relações dele durante o processo de educação (Oliveira & Marinho-Araújo, 2009).

Martinez (2009) afirma que a atividade do psicólogo escolar pode ser dividida em duas formas: a atuação tradicional e a emergente. A atuação tradicional, a mais utilizada hoje dentro das instituições escolares, considera o trabalho da seguinte forma: avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de educandos com dificuldades escolares; orientação aos educandos e pais; orientação profissional; orientação sexual; formação e orientação de educadores; elaboração e coordenação de projetos educativos específicos, como violência, drogas, gravidez precoce; *bullying*.

Já na forma emergente, a atuação desse profissional está relacionada a uma visão mais ampla de todo o contexto psicossocial que envolve a instituição escolar. Nela, o psicólogo atua realizando as seguintes ações: diagnóstico, análise e intervenção em nível institucional, planejando estratégias que otimizam o processo de aprendizagem considerando a subjetividade de cada escola; participação na construção, no acompanhamento e na avaliação da proposta pedagógica da escola; participação no processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e no processo de avaliação dos resultados do trabalho;

contribuição para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica; coordenação de disciplinas e de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos educandos; contribuição para a caracterização da população estudantil com o objetivo de subsidiar o ensino personalizado; realização de pesquisas diversas com o objetivo de aprimorar o processo educativo e facilitando de forma crítica, reflexiva e criativa a implementação das políticas públicas (Martinez, 2009).

Verifica-se que a atuação de forma emergente do psicólogo escolar também inclui as atividades da forma tradicional, porém com configuração diferente. Considera-se a instituição escolar e todos os sistemas em que ela está inserida. Como exemplo, pode-se citar o atendimento dos educandos com dificuldades na aprendizagem. Uma das atividades mais tradicionais e mais realizadas pelos psicólogos hoje na escola, e que na forma tradicional considera a avaliação e o diagnóstico no momento específico que o educando apresenta dificuldade, é direcionada muitas vezes para profissionais especializados fora da escola. Já na forma emergente, o psicólogo escolar busca conhecer mais profundamente todo o contexto que o educando está inserido para compreender suas dificuldades e se necessário encaminhar para avaliação (Martinez, 2009).

De modo geral, Andrada (2005) também sugere que o psicólogo envolva as famílias dos educandos para que possam ser escutadas. Além disso, para que os dados possam ser colhidos sobre os sistemas diretos em que os estudantes estão inseridos e que participem de atividades das escolas, através de discussões que busquem proporcionar melhorias na relação escola-comunidade. A escuta para este autor é um dos principais trabalhos do psicólogo escolar. Não só a individualizada, mas coletivas. Por isso, é importante que ele esteja envolvido em todo o cotidiano da escola, desde atividades nas salas de aula a reuniões de conselho de classe e no processo de construção do Projeto Político Pedagógico.

Além dos profissionais já formados em psicologia, outra discussão que tem sido feita é sobre a atuação de estudantes de psicologia dentro do ambiente escolar. Em outubro de 2024, o Conselho

Regional de Psicologia – Minas Gerais divulgou a Nota Orientativa nº 02/2024 com objetivo de orientar sobre os estágios de Psicologia em escolas públicas e privadas e outros contextos educacionais. Chegou ao conhecimento do Conselho Regional de Psicologia-Quarta Região – Minas Gerais, por meio das comissões supracitadas, que em algumas regiões do estado têm sido ofertados estágios em escolas para estudantes de graduação em Psicologia para vagas como acompanhante terapêutico de crianças com alguma deficiência e/ou transtornos do neurodesenvolvimento. O documento, além de citar várias leis e regulamentos que instituem o trabalho do psicólogo, dos estagiários e dispõem sobre a educação, afirma que, durante a realização do estágio em escolas, o estudante deve atuar de acordo com as práticas da Psicologia Escolar e Educacional “[...] que não se confundem nem com o trabalho da(o) profissional de apoio, nem com o trabalho do Atendimento Educacional Especializado, que é uma prática pedagógica” (Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, 2024, p. 7).

São muitas as possibilidades de atuação dos profissionais de psicologia dentro das escolas. Tanto o Conselho Federal de Psicologia quanto diversos outros autores sugerem diferentes atividades que envolvam muito mais do que um trabalho individualizado. No entanto, verifica-se que ainda há uma discussão sobre a prática efetiva desse profissional. Com o aumento das demandas individuais, a escassez de profissionais para atendê-las, novas legislações e a discussão sobre a inclusão nas escolas, o trabalho voltado ao desenvolvimento socioemocional, preventivo e comunitário acaba sendo deixado de lado, dificultando uma atuação sistêmica (Nunes Viana, 2016; Andrada, 2003).

O trabalho do psicólogo escolar que atua de acordo com o modelo sistêmico faz muito mais do que lidar com as patologias e resolver problemas. O contato com a comunidade escolar é importante para que ela possa mudar os paradigmas, a atuação desse profissional, e para que seja possível uma leitura completa do educando (Alves & Silva, 2006).

Visto que um dos sistemas que a escola faz parte é a comunidade em seu entorno, o psicólogo escolar

deve trabalhar junto à sociedade para a compreensão e pela busca de soluções mais eficazes para os problemas na escola. Mas, afinal, quem faz parte da comunidade escolar? De acordo com a Lei 14.819, as comunidades escolares são compostas pelos alunos, os pais e responsáveis por eles, professores e profissionais que atuam na escola (Alves & Silva, 2006; Brasil, 2024).

Com isso, o psicólogo escolar deve desenvolver ações psicossociais, a partir de espaços de reflexão para a comunidade escolar, que possibilitem a tomada de decisão e busca de soluções criativas frente aos problemas da escola. Assim, ele conseguirá olhar para o indivíduo para além das suas subjetividades, considerando as questões sociais, o que possibilitará que ele faça intervenções mais realistas e efetivas. Portanto, a prática do psicólogo escolar reside em articular os diversos sistemas em que o indivíduo está inserido, buscando uma compreensão global e uma atuação de acordo com a complexidade que envolve o ambiente escolar (Alves & Silva, 2006; Andrada et al., 2019).

A psicologia escolar e a teoria sistêmica: qual a relação entre elas?

Se o indivíduo é determinado pela sua estrutura e os fenômenos ocorrem a partir das relações, para a educação isso não é diferente. Pellanda (2009) afirma que Maturana acreditava que o educar acontece de acordo com a convivência com o outro, a partir da troca, da partilha e da comunicação. Assim, o indivíduo se transforma espontaneamente, em um processo contínuo construído ao longo de toda a sua vida.

Tanto Morin (2007) quanto Maturana, citado por Pellanda (2009), contribuíram para as discussões em busca de uma educação mais integrada entre os educandos, os educadores, a escola e toda a comunidade escolar. Ambos acreditavam em uma educação na qual o educando deve ter autonomia e no qual todos os envolvidos no processo de aprendizagem devem desenvolver um pensamento crítico, ter a compreensão da complexidade e pensar na interdisciplinaridade.

Ao refletir sobre a educação, percebe-se que pensar na complexidade é não pactuar com soluções rápidas, ou seja, não é apenas encaminhar o educando para um diagnóstico ou rotulá-lo de acordo com o que está sendo apresentado por ele naquele momento. É preciso entender que um sintoma apresentado pode ser apenas a ponta do *iceberg* de todo o contexto em que ele vive. A teoria da complexidade entende que esse sintoma pode ser também uma forma de equilibrar outros sistemas e que, por isso, deve-se problematizar. Assim, pode-se pensar que o fracasso escolar, ou a dificuldade de um educando em um determinado momento, é a solução que ele encontrou para algum desequilíbrio em um sistema em que está inserido, seja ele familiar, escolar ou social (Andrada, 2003; Maturana, 1998; Pellanda, 2009).

Morin (2007) afirma que em nossa cultura aprendemos que, para estudar e explicar os fenômenos, deve-se separar os objetos do ambiente em que estão inseridos, o que dificulta a mudança de paradigma. Os indivíduos ainda têm pensamentos que estão voltados para a simplicidade. A questão é que tentamos descomplexificar através da separação, da fragmentação e isolamento dos fenômenos que ocorrem, para que assim os especialistas consigam responder sobre o que está sendo perguntado.

Esse tipo de pensamento reduz os fenômenos e esquece a complexidade do mundo. Os problemas contemporâneos são transversais, multidimensionais e são poucos os profissionais que têm o cuidado de analisá-los dessa forma (Morin, 2007). Dentro da área da educação isso não é diferente.

O trabalho do psicólogo na escola tem que considerar a teoria da complexidade, entendendo que não existe uma única verdade que justifique a causa do fenômeno, mas explorando todos os outros sistemas que influenciam o que é apresentado na escola. Não somente as questões individuais dos educandos, mas as organizacionais que envolvem toda a comunidade escolar. Trabalhar de acordo com a complexidade é observar e realizar atividades com todos os envolvidos na educação, seja os educandos, educadores, funcionários da escola, famílias e outras instituições que fazem parte do sistema (Morin, 2007; Maturana, 1998; Andrada, 2003).

Para Andrada et al. (2019), a partir de uma visão sistêmica, as ações desse profissional devem ter como objetivo ajudar os educandos e suas famílias a se adaptarem ao sistema educacional, compreendendo que os conflitos que acontecem nesse ambiente são fruto de vários problemas internos das escolas ou das formas como os indivíduos se relacionam nesse espaço e em outros ambientes em sua vida. O psicólogo, além de ser um profissional que ajudará e trabalhará com todos os envolvidos no espaço escolar, é também um “agente político”, responsável pela transformação da realidade e promoção do desenvolvimento.

Verifica-se que a complexidade está presente em todo o contexto escolar e a importância do olhar sistêmico para a construção de uma educação de qualidade. O olhar sistêmico para os fenômenos que ocorrem na escola é importante para que se possa problematizar, buscando analisar todos os fatores que podem influenciar determinada conduta, como o comportamento agressivo.

De acordo com Maturana (1998), a agressividade está relacionada também à negação do outro. Essa negação se inicia dentro da própria escola, lugar este que prepara o indivíduo para o mercado de trabalho e para conseguir um bom emprego. Nesse contexto, a escola gera uma competição profissional desde muito cedo, que não é saudável, uma vez que está constituída pela negação do outro, já que a vitória de um surge da derrota do outro.

Dessa forma, o comportamento agressivo pode ser o reflexo do ambiente competitivo que é a escola. A competição que existe no contexto escolar gera um ambiente de negação e exclusão do outro e, a partir disso, o educando pode sentir insegurança, medo e hostilidade, manifestados através da agressividade. O indivíduo se torna agressivo quando ele se nega ou não se sente legitimado pelo outro (Maturana, 1998).

Diante do exposto, é necessário no contexto escolar uma postura reflexiva, de aceitação e respeito pelo outro, sem se concentrar na rivalidade e competição. Uma vez que o educando percebe que é capaz de se aceitar e se respeitar, ele entende que pode aprender qualquer outra coisa. O contexto

escolar deve ser pautado na cooperação, afeto e respeito mútuo, para que se tenha um ambiente mais saudável, propício ao aprendizado e consequentemente uma redução na agressividade (Maturana, 1998; Silva et al., 2015).

Dito isso, se o profissional de psicologia se concentra apenas nas dificuldades da aprendizagem ou na agressividade apresentada pelo educando, ele negará o outro e irá ignorar toda a realidade complexa de sua realidade. Assim, deixará de trabalhar outros contextos e questões importantes e terá uma visão limitada e focada apenas no problema específico apresentado, o que pode levar à negligência de fatores cruciais e à realização de uma intervenção ineficaz (Morin, 2007; Maturana, 1998; Andrada et al., 2019).

As intervenções da psicologia nas instituições educacionais devem então acontecer junto a um trabalho com as redes sociais, com o objetivo de ter que integrar o processo de aprendizagem. Para que seja realizado um trabalho de acordo com os novos paradigmas educacionais, os profissionais devem atender a um novo modelo, que compreende o trabalho a partir da complexidade e implica em tolerar as dúvidas e as incertezas que o contexto de cada indivíduo e instituição trazem (Polity, 2004).

Método

A presente pesquisa foi orientada pela seguinte problemática: qual é a potência do trabalho do psicólogo escolar sob a perspectiva da teoria sistêmica? Assim, este trabalho se configura como uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de uma revisão de literatura especializada, de natureza exploratório-descritiva, e com uma análise de dados fundamentada em relatos de experiência. O objetivo é contribuir para uma reflexão sobre as atividades realizadas pelo psicólogo escolar na contemporaneidade, bem como suas contribuições a partir da teoria sistêmica.

Nos resultados, foram utilizados relatos de experiências da autora como o principal instrumento de coleta de dados. Essas experiências foram realizadas ao longo do curso de graduação e licenciatura em Psicologia, para cumprimento dos estágios

obrigatórios exigidos pela grade curricular. A análise foi feita por meio de diário de campo e relatórios escritos ao longo dos estágios, assim como as discussões realizadas nas supervisões, permitindo identificar formas de atuação e o impacto das intervenções realizadas por psicólogos escolares.

Discussão

A seguir, serão apresentados três relatos de experiências realizados durante o curso de graduação e licenciatura em psicologia.

Além dos muros da escola: o psicólogo escolar em uma instituição contraturno

Os cursos de graduação em psicologia frequentemente oferecem uma formação ampla, com diversos estágios obrigatórios em diferentes áreas. O primeiro relato refere-se a uma experiência de estágio realizada em uma instituição de contraturno escolar para crianças e jovens provenientes de escolas municipais e estaduais do município de Belo Horizonte – Minas Gerais.

As visitas iniciais consistiram na apresentação das estudantes na instituição, na realização de reuniões com os profissionais da casa, assim como na observação das atividades e participação na reunião de pais. Essas práticas tinham a finalidade de entender as atividades da casa e suas expectativas, visando elaborar um planejamento mais eficaz e alinhado com as necessidades da instituição e com a comunidade. Capra (1999) compreende que, apesar de ser possível identificar a individualidade de cada uma das partes nos sistemas, elas não estão isoladas. A natureza do todo se dá pela soma, pela relação e pela interação que existem entre elas. Ou seja, as partes somente podem ser entendidas a partir do contexto em que estão inseridas. Por isso, antes de iniciar as atividades, é importante escutar as pessoas que trabalham no local e observar o contexto em que estão inseridas.

Em um segundo momento, e a partir do conceito de coconstrução que a teoria sistêmica adota, em que observador é parte fundamental da realidade observada, foi solicitado que as crianças e

adolescentes escrevessem ou desenhasssem as atividades que elas gostariam que fossem trabalhadas ao longo do semestre. As intervenções propostas ao longo de todo o estágio contaram tanto com a participação das crianças quanto das estagiárias e das funcionárias da instituição.

A rotina das estagiárias no campo consistia em, primeiramente, auxiliar as crianças e adolescentes nas tarefas escolares (para casa e trabalhos) e posteriormente em uma intervenção em grupo. Ao acompanhar algumas dessas atividades, as estagiárias observaram que uma das crianças, devido às dificuldades com leitura e escrita, manifestava raiva em relação à escola, resultando em uma aversão ao ambiente escolar. Ao investigar o sistema familiar da criança e os desafios que ela enfrentava em outros contextos, foi possível sugerir que o comportamento e as dificuldades apresentadas na escola eram reflexos dos fatores externos que ela vivenciava.

Nesse cenário, foi importante uma mudança do paradigma por parte das estagiárias, ou seja, superar o olhar individualizante e controlador para uma visão mais aberta para todos os fatores que impactam o sistema da instituição. Andrada (2005) acredita que é preciso pensar um modelo diferente do que temos hoje, de causalidade-linear para a causalidade-circular, que faz parte da teoria sistêmica. Esse último faz uma reflexão contextual e tem como princípio a totalidade, em que o sistema deve ser entendido a partir de todos que fazem parte dele e não somente de um indivíduo, como no caso da escola, o educando.

No entanto, justamente pelos atravessamentos que os outros sistemas sociais geram no indivíduo, houve uma demanda por uma escuta individual, por parte de algumas crianças, que em vários momentos solicitaram um espaço para expor suas angústias. Essa escuta não ocorria necessariamente em uma sala específica, mas em locais escolhidos pelas próprias crianças, para garantir a privacidade e o sigilo das conversas. Seguindo o fundamento da integridade da teoria sistêmica, em que um grupo é constituído pelos indivíduos, por subgrupos e pelas inter-relações produzidas entre eles, a partir desses acolhimentos foram realizadas intervenções através

do contato com algumas famílias para compreender o contexto sistêmico e orientá-los.

Todos esses fenômenos mencionados contribuíram para uma reflexão sobre o papel do psicólogo em uma comunidade escolar, incluindo o impacto que isso poderia vir a ter nas crianças e adolescentes, nas profissionais, assim como em suas famílias. A partir dessa análise, observou-se que os conflitos dentro da instituição estavam frequentemente associados ao comportamento agressivo, especialmente na forma de xingamentos entre as crianças. Em resposta a essa situação e atendendo a uma demanda da equipe, o foco das intervenções passou a ser o trabalho em equipe. Para isso, foram implementadas atividades que promoviam a coletividade, como jogos que exigiam colaboração e interação entre os participantes.

Levando em conta as adversidades encontradas no campo, as demandas da casa e as discussões realizadas em supervisão, compreendeu-se a importância de entender a subjetividade das crianças e adolescentes e os sistemas que retroalimentam a agressividade. Conforme exposto por Maturana (1998), a agressividade é coconstruída em um contexto de desqualificação e de negação do outro. A negação acontece a partir da falta de afeto e compreensão, por isso, o comportamento agressivo é um dos reflexos dessa negação. Sendo assim, foi necessário ter uma postura reflexiva, de aceitação e respeito pelo outro, sem se concentrar na rivalidade e competição.

No âmbito do trabalho socioemocional, foi realizada uma atividade com os educandos para promover uma melhor compreensão sobre eles mesmos e suas emoções. Para isso, foi exibido o filme “Divertidamente”, com o objetivo de introduzir e explorar novas percepções emocionais. Para ajudar as crianças e adolescentes a compreender o que elas estavam sentindo naquele momento, foi realizada uma atividade individual, utilizando um “emocionômetro” e um espaço de fala para a descrição dos fatores desencadeadores das cinco emoções trabalhadas no filme (alegria, tristeza, raiva, nojo e medo). A partir da atividade, foi possível fazer uma leitura dos resultados e confirmou-se que

a raiva era predominante e as principais causas envolviam comentários sobre a aparência e desempenho escolar, ou seja, fatores ligados à autoestima e autoconfiança.

Tendo isso em vista, foi desenvolvido um “Dia da Beleza”, em que as crianças tiveram a oportunidade de se arrumar do jeito que se sentiam mais bonitas, apresentando as melhores versões delas mesmas. Em um segundo momento, as fotos assumiram novamente um papel interventivo na construção da autoestima, visto que elas tiveram que produzir uma moldura decorativa com palavras e imagens que as representassem positivamente.

Nesse sentido, verifica-se a necessidade de se ter um olhar atento ao indivíduo e promover espaços de expressão de afetos como potentes na transformação das relações, chamando a atenção para a dimensão coletiva, essencial nessa construção. Constantemente, os afetos são compreendidos de forma isolada, individual em vez de serem a base para ações coletivas. Muitas vezes os afetos são compreendidos como individuais, que diz respeito a cada um, e não como base de ações que, se tomadas em conjunto, ampliam significativamente o poder de ação do grupo como um todo (Andrada et al., 2019).

Como considerações finais sobre a importância das intervenções nesse contexto, destaca-se a necessidade de promover cooperação, respeito e compreensão ao lidar com questões de comportamentos agressivos e afetividade. Além disso, observou-se uma dimensão pedagógica que transcende os limites da atuação da psicologia. Logo, o compromisso não é apenas resolver o problema, mas ir problematizando outras questões relacionadas para ampliar a visão que se tem daquelas dificuldades e, através de um trabalho multidisciplinar, buscar soluções para as demandas apresentadas.

Vivências escolares

O segundo relato refere-se a um estágio do currículo de licenciatura do curso de Psicologia, realizado em uma escola particular no município de Belo Horizonte. Ao longo do estágio, os educandos do Ensino Médio trabalharam com questões como

as emoções e os sentimentos que estavam tendo no último ano escolar, a organização do tempo, o método de estudo, o autoconhecimento e as técnicas de *mindfulness*. Partindo da lógica da coconstrução, as atividades foram desenvolvidas a partir das demandas dos próprios educandos e durante os encontros foram realizadas rodas de conversa, atividades em grupo e dinâmicas.

O primeiro objetivo do estágio foi proporcionar a eles um espaço de escuta seguro, em que pudessem falar de suas angústias, medos e ansiedades. Para Andrada (2005), a escuta é um dos principais trabalhos do psicólogo escolar, não só a individualizada, mas a coletiva e, por isso, é importante que esteja presente em todo o cotidiano da escola. Dessa forma, antes de começar cada encontro com as turmas, as estagiárias propuseram um momento em que os jovens pudessem falar livremente sobre assuntos abordados ao longo da semana e sobre temas que acreditavam ser importantes para discussão.

Sob a perspectiva do conceito de imprevisibilidade, alguns encontros precisaram ser replanejados. As demandas emergentes dos educandos se mostraram mais urgentes do que as atividades previamente programadas. Maturana (1998) afirma que, para que um sistema complexo funcione, duas condições são essenciais: a emergência e a auto-organização a partir do caos. Nesse caso, a emergência manifestava-se através das necessidades e angústias expostas pelos educandos.

Andrada et al. (2019) compartilham a visão de Maturana (1998) ao afirmarem que para que o sistema se auto-organize, se adapte, evolua e desenvolva novas formas de organização e comportamento, é crucial considerar a imprevisibilidade e as interações dinâmicas dentro do ambiente. Por isso, o profissional de psicologia deve, além de atuar como mediador das discussões, trabalhar com a imprevisibilidade, compreendendo que as demandas surgem de acordo com as necessidades dos indivíduos naquele momento.

Ao longo do estágio também houve reuniões com os coordenadores pedagógicos e com a psicóloga da escola. Nessas reuniões, constatou-se que não havia uma psicóloga dedicada exclusivamente

para atender às demandas diárias da escola, pois ela era responsável por mais 13 unidades da instituição. As psicopedagogas eram as responsáveis por realizar as intervenções com os educandos nas unidades e por trabalharem com a comunidade escolar, com atendimento aos pais, professores e outros profissionais.

Durante os encontros com a psicóloga, ela expôs que, mesmo sendo formada em psicologia, a princípio não considerava que o trabalho dela fosse de psicólogo escolar. De fato, o cargo era de coordenadora de apoio escolar. Inicialmente, a função foi pensada muito para conseguir organizar, dentro da escola, uma educação inclusiva, uma vez que a contratação se deu após entrar em vigor a lei brasileira de inclusão. No entanto, com o tempo, a profissional passou a se envolver em novos projetos, especialmente após a criação de uma equipe dedicada ao apoio escolar.

Com essa estrutura em funcionamento, a psicóloga teve a oportunidade de atuar em diversas áreas, incluindo a participação em uma comissão socioemocional. Assim, pode-se verificar algumas formas de atuação do psicólogo escolar. O Conselho Federal de Psicologia e diversos outros autores sugerem que o profissional de psicologia na escola desenvolva atividades que envolvam muito mais do que um trabalho individualizado e atue junto aos diversos atores da comunidade escolar.

Durante a prática de estágio, observou-se um número significativo de estagiários de psicologia atuando como acompanhantes terapêuticos na escola. Diante dessa situação, a estagiária solicitou à psicóloga que explicasse mais sobre o papel e as funções desses estudantes na instituição. A psicóloga compartilhou a perspectiva dela, destacando que, infelizmente, o estágio remunerado em psicologia ainda se concentra predominantemente na área de inclusão.

Ela argumentou que a função de acompanhamento de estudantes com deficiências ou necessidades específicas é mais adequada para estagiários de pedagogia, pois é essencialmente um estágio pedagógico. Para ela, embora a psicologia deva estar presente na escola, isso não deve ocorrer da

forma como está atualmente. Por isso, enfatizou a necessidade de evitar que a psicologia retorne a um papel criticado anteriormente, que é o atendimento individualizado, fundamental assegurar uma abordagem mais integrativa e contextualizada.

O impacto das pequenas intervenções

O terceiro relato refere-se ao segundo estágio do curso de Licenciatura, que foi realizado em uma escola particular no município de Belo Horizonte – MG, atendendo crianças até 12 anos. A prática foi realizada com uma turma da terceira série do Ensino Fundamental. A turma contava com dez alunos, dos quais cinco apresentaram demandas específicas relacionadas a transtornos de aprendizagem ou distúrbios, como Transtorno do Espectro Autista, Transtorno Opositor Desafiador, Dislexia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

A escola não contava com um profissional de psicologia e as atividades realizadas pela estagiária eram supervisionadas por uma psicopedagoga, que também exercia a função de coordenadora pedagógica. Durante o estágio, frequentemente os educadores questionavam a estagiária sobre o comportamento de certos educandos, sugerindo que essas dificuldades poderiam indicar transtornos e deveriam ser investigadas. Esse comportamento evidenciava uma abordagem tradicional por parte dos educadores, que tendiam a encaminhar as crianças com dificuldades escolares ou comportamentos diferentes do esperado pela escola para avaliação externa (Martinez, 2009).

As atividades das psicopedagogas incluíam as típicas da coordenação, que muitas vezes se sobrepunham às funções da psicologia, e outras como orientação de pais e professores, supervisão das estagiárias de psicologia, reuniões com outros profissionais que atendiam os educandos, como professores particulares, psicólogos e profissionais da saúde e trabalhos com a comunidade escolar.

Entre os educandos, havia uma criança que se destacava por um comportamento mais agitado e por desobedecer frequentemente às orientações dos educadores, sendo frequentemente descrita como tendo “algum problema”. Com o acompanhamento

diário e um conhecimento prévio do contexto familiar, a estagiária, a fim de evitar um rótulo à criança, tinha que frequentemente enfatizar a importância de considerar os fatores externos que poderiam estar influenciando o comportamento dela. Em várias ocasiões, a estagiária demonstrou junto à coordenação a necessidade de envolver a família nas discussões e esforços para auxiliar o educando, destacando a importância de uma abordagem multidisciplinar e integrada.

Dito isso, é possível correlacionar essa situação com o que foi abordado por Andrada (2005), em que ela aponta que muitas escolas ainda encaminham educandos com comportamentos “inadequados” ou dificuldades de aprendizagem para especialistas em busca de soluções rápidas e explicações para os problemas identificados, sem levar em consideração os sistemas nos quais esses indivíduos estão inseridos. Em outras palavras, conforme argumenta Maturana (1998), trata-se de uma objetividade sem parênteses, utilizado pela ciência clássica, para explicar fenômenos que considera uma única verdade e trata o objeto de estudo de maneira isolada, separando-o de seu contexto e das interações que acontecem entre os diversos sistemas.

Em síntese, Maturana (1998) afirmava que, a partir da teoria da complexidade, é possível compreender que vários fatores podem impactar um fenômeno, ou seja, a dificuldade apresentada por aquele indivíduo pode ser reflexo de diversos outros motivos. Nesse sentido, uma das maiores dificuldades encontradas durante a experiência do estágio foi a necessidade de desafiar a lógica tradicional, tentando provar que, além de assumir a responsabilidade pelo ocorrido, a escola também deveria se dedicar a problematizar as questões levantadas pelo educando, por meio de uma avaliação dos outros contextos em que ele se encontra (Andrada, 2005).

Por se tratar de uma escola de ensino privado e de pequeno porte, a estagiária também conseguiu observar sobre o impacto que as famílias tinham dentro das decisões que aconteciam na escola. Em diversas ocasiões, testemunhou-se situações em que os educadores discutiam questões importantes e optaram por não implementar intervenções que

consideravam apropriadas, a fim de evitar conflitos com as famílias e atender as solicitações dos pais. Esse fenômeno evidenciou como a influência das famílias, especialmente em escolas privadas, pode moldar as práticas e decisões institucionais. Muitas vezes, priorizam-se os interesses e solicitações dos pais em detrimento das necessidades educacionais e do bem-estar dos educandos.

Com base nas observações do contexto e das demandas da instituição, bem como nas discussões com a equipe pedagógica, a estagiária realizou algumas intervenções com a turma do terceiro ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioemocional e o respeito às diferenças. Essas intervenções foram conduzidas por meio de reflexões, diálogos e atividades em grupo.

Uma das práticas diárias durante o estágio foi perguntar a cada educando como estava se sentindo. Essa simples pergunta criou um espaço de escuta dentro da sala de aula, permitindo que a estagiária pudesse conhecer e entender o que cada criança estava sentindo, sendo possível identificar alguma dificuldade ou angústia que o indivíduo vivenciava naquele momento. Por exemplo, em um dos dias, uma criança expressou tristeza devido à internação da avó. A partir dessa informação, os educadores puderam monitorar e apoiar a criança ao longo da semana, ajustando as interações e atividades dela conforme necessário.

Essa prática está alinhada à teoria da complexidade e o conceito de causalidade circular descrito por Maturana (1998), que postula que os fenômenos estão em contínua interação e que a ação de uma pessoa influencia diretamente a dos outros. Assim, ficou evidente que os eventos na vida pessoal dos educandos impactavam seu desempenho escolar e vice-versa, reforçando a importância de compreender o estado emocional de cada criança para um desenvolvimento educacional mais efetivo. Além disso, verifica-se na prática da sala de aula como uma intervenção no momento em que está acontecendo uma situação pode ser importante para o desenvolvimento socioemocional do indivíduo (Andrada, 2005).

Para o trabalho com o desenvolvimento socioemocional das crianças, foi realizada uma intervenção a partir da leitura do livro “Monstro das Cores”, de Anna Llenas. Após a leitura, cada criança recebeu um pedaço de papel com cores relacionadas às emoções descritas no livro e, a partir disso, cada um criou o seu próprio livro e monstro das emoções. Durante o processo, os educandos tiveram a oportunidade de expor o que estavam sentindo em relação à emoção trabalhada e falar sobre algumas situações que haviam ocorrido em sala de aula e com colegas na escola. Quando a emoção trabalhada foi a “raiva”, houve várias discussões, surgindo assim a necessidade conversar mais sobre essa emoção. Dessa forma, foi lido e discutido mais um livro com os educandos: “A Raiva”, do autor José Carlos Lollo. Em seguida, as crianças construíram o pote da calma, que ficou na sala de aula caso houvesse necessidade em algum momento.

Durante o estágio, observou-se que, com o desenvolvimento dos trabalhos e das pequenas intervenções, as crianças demonstraram mais abertura para conversar sobre suas situações e angústias. Verificou-se como uma pequena intervenção pode ter um impacto muito maior do que o esperado. De acordo com Andrada et al. (2019) e Morin (2007), trabalhar considerando a complexidade dos sistemas é acreditar que a potência está no pequeno e que, para se fazer grandes mudanças, não é preciso fazer grandes ações ou interpretações. Uma pequena ação pode desencadear grandes mudanças. Dessa forma, o psicólogo escolar precisa olhar para as suas práticas, buscando o foco no desenvolvimento humano e acreditando na potencialidade de mudança nas ações dos indivíduos.

Considerações

Este artigo foi impulsionado por uma angústia vivenciada pela autora durante os estágios realizados durante o curso de graduação e licenciatura em psicologia, no que se refere ao trabalho do psicólogo e do estagiário no contexto escolar. Tal sentimento foi confirmado pela Nota Orientativa nº02/2024 do Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais que dispõe sobre o papel do estagiário de Psicologia nas

escolas e outros contextos educacionais, reforçando a necessidade de mais estudos e pesquisas na área. A nota também evidencia a urgência de revisar as práticas atuais, apontando para a importância de se atentar para as intervenções que vêm sendo realizadas e que não correspondem à atuação e às práticas da psicologia escolar e educacional.

Como pode-se verificar ao longo deste artigo, nota-se que a forma de atuação do psicólogo escolar na perspectiva da teoria sistêmica tem um grande potencial quando o profissional encontra um ambiente receptivo para desenvolver seu trabalho. Verificou-se que o ambiente escolar possibilita diferentes reflexões e intervenções que não se limitam ao espaço da escola e se estendem a outros contextos nos quais os educandos e suas famílias estão inseridos.

Dessa forma, respondendo à pergunta inicial desta pesquisa “Qual a potência do trabalho do psicólogo escolar a partir da perspectiva da teoria sistêmica?”, pode-se compreender que existe uma potência quando se há um trabalho a partir de uma análise contextualizada. Entende-se que o sistema pode se equilibrar de diferentes maneiras e que, por isso, não há uma única solução ou resposta para o fenômeno apresentado. O psicólogo escolar deve ser visto como o garantidor da subjetividade dentro do sistema complexo, como a escola, uma vez que entende que cada indivíduo é único e que a história do sistema sempre é importante. Por isso, ele não deve trabalhar excluindo as partes, mas incluindo-as e construindo com elas uma rede colaborativa em torno dos problemas que surgem.

Os desafios encontrados por psicólogos dentro do contexto escolar ainda são muitos: a realização de diversas atividades para além da psicologia, a pressão por resoluções rápidas, o grande número de unidades da instituição sob a responsabilidade de um único profissional, entre outros apresentados durante a pesquisa. Citando Maturana (1998), uma das grandes referências deste trabalho, consideramos relevante a reflexão dele sobre a educação, que sintetiza de forma significativa o que foi apresentado ao longo desta pesquisa: “[...]o futuro de um organismo nunca está determinado em sua origem. É compreendendo isso que temos de considerar a educação e o educar” (Pellanda, 2009, p. 41).

Referências

- Alencar, C. L. R., Lima, F. A. F., Batista, I. F., & Jeremias, L. S. (2013). Psicólogo escolar e Psicopedagogo: limites e possibilidades de atuação. *ID On Line Revista de Psicologia*, 1(19), 19-30. <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/221>
- Alves, C. P., & Silva, A. C. B. da. (2006). Psicologia escolar e psicologia social: articulações que encontram o sujeito histórico no contexto escolar. *Psicologia da Educação (São Paulo)*, 23, 189-200. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752006000200010&lng=pt&nrm=iso
- Andrada, E. G. C. de. (2003). Família, escola e a dificuldade de aprendizagem: intervindo sistemicamente. *Psicologia Escolar e Educacional*, 7(2), 171-178. <https://www.scielo.br/j/pee/a/jJ7c7RmxBD8qf6QqZjCKZjL/#> Acesso em: 02
- Andrada, E. G. C. de. (2005). Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 196-199. <https://www.scielo.br/j/prc/a/fsyKnWZcGR78wdVGNVscVFF/abstract/?lang=pt#>
- Andrada, P. C. de ., Dugnani, L. A. C., Petroni, A. P., & Souza, V. L. T. de . (2019). Atuação de Psicólogas (os) na Escola: Enfrentando Desafios na Proposição de Práticas Críticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e1877342. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/qjCZv6PcbjtT5kckk6YPkpg#>
- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), 469-475. <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCKNNvxpbpgPwL8Sj/#>
- Brasil. Lei Federal Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. (2019). *Dispõe sobre prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm
- Brasil. Lei Federal Nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. (2024). *Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares*. Presidência da República. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14819-16-janeiro-2024-795256-publicacaooriginal-170863-pl.html>
- Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (2024). *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Presidente da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais
- Capra, F. (1999). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos* (N. R. Eichemberg, Trad). Cultrix.
- Collares, C. A. L., & Moysés, M. A. A. (1996). *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. Cortez.

- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na Educação Básica* (2ª ed.). Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf
- Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais. Nota Orientativa Nº 02/2024. (2024). *Orientações do CRP04-MG sobre estágios de Psicologia em escolas públicas e privadas e outros contextos educacionais*. Conselho Federal de Psicologia - Minas Gerais. <https://crp04.org.br/crp-mg-publica-orientacoes-sobre-estagios-de-psicologia-em-escolas-e-outros-contextos-educacionais/>
- Francischini, R., & Viana, M. N. (2016). Psicologia Escolar: que fazer é esse? *Conselho Federal de Psicologia*. Brasília. <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-escolar-que-fazer-e-esse/>
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam / Paulo Freire. Autores Associados/ Cortez.
- Martinez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional* (Campinas), 13(1), 169-177. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100020&lng=pt&nrm=iso
- Maturana, H. R. (1998). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Editora da UFMG.
- Menezes, A. P. B., & Araújo, C. R. (2009). Redescobrimo a Teoria Psicogenética à luz da Psicologia Educacional: Contribuições e possíveis desdobramentos. In M. Correa (Org.), *Psicologia e escola: Uma parceria necessária* (2ª ed., pp. 15-43). Alínea.
- Moraes, C. M., Carvalho, L. S., Costa, T. S., Negreiros, F., & Freire, S. E. A. (2019). Políticas educacionais e psicologia: uma revisão da literatura. *Psicologia: Teoria e Prática*, 21(3), 255-281.
- http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S151636872019000300007
- Morin, E. (2007). *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. (M. C. Almeida & E. A. Carvalho (Orgs.)), (4ª ed.). Cortez.
- Naves, R. M., & Silva, S. M. C. da. (2020). Atuação das Psicólogas Escolares no Sul e Sudoeste Goiano: Concepções e Desafios. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia (Belo Horizonte)*, 13(3), 1-14. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202020000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 mar 2024.
- Nunes Viana, M. (2016). Interfaces entre a psicologia e a educação: reflexões sobre a atuação em psicologia escolar. In Conselho Federal de Psicologia (Orgs.), *Psicologia Escolar: que fazer é esse?* (pp. 54-72). Conselho Federal de Psicologia. <http://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-escolar-que-fazer-e-esse>
- Oliveira, C. B. E. de., & Marinho-Araujo, C. M. (2009). Psicologia escolar: cenários atuais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (Rio de Janeiro)*, 9(3), 648-663. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000300007&lng=pt&nrm=iso
- Patto, M. H. S. (2015). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (4ª ed.). Revista e Ampliada.
- Pellanda, N. M. C. (2009). *Maturana e a Educação*. Autêntica.
- Polity, E. (2004). Intervenções multidisciplinares na escola: uma visão psicopedagógica. *Revista Psicopedagogia*, 21(65), 135-145. <https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/358/intervencoes-multidisciplinares-na-escola-uma-visao-psicopedagogica>
- Silva, I. A., Lucatto, L. C., Cruz, L. A. N. da., & Martins, R. A. (2015). Considerações sobre a agressividade infantil. *Revista de Educação e Ensino*, 17(21), 1-17. <https://seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/download/30239/18026/136607>

Correspondência:

Raquel Ferreira Chacon
Rua Dom Lúcio Antunes, 424/902 - Coração Eucarístico -
Belo Horizonte, MG, Brasil - CEP 30535-630
E-mail: raquelchacon92@gmail.com



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.